

Cidade e urbanização no virar do milénio

Jorge Gaspar

Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa

Doctor *Honoris Causa* en Geografía por la Universidad de León

1. A CAMINHO DA URBANIZAÇÃO TOTAL

Segundo os cálculos de espertos da Organização das Nações Unidas no virar do Milénio quase 50% da população do planeta vive em cidades ou noutros lugares com características urbanas. Segundo as mesmas fontes, em 2025 a população urbana deverá rondar os três quartos do total.

Naturalmente que o conceito de urbanização recobre realidades distintas, mas perfeitamente assimiláveis tendo em conta os respectivos contextos geográficos, económicos, sociais, políticos e culturais. Aceder ao estágio de urbanismo significa sempre uma alteração de modo de vida, através de um processo complexo, que implica a assunção de valores, de comportamentos decorrentes de novas formas de produção e de consumo, que vão originar novas formas de habitar, com mudanças nos padrões de uso do tempo e do espaço.

A estas transformações corresponde sempre uma concentração da população, embora os valores extremos das densidades sejam cada vez mais afastados, podendo ir de uma centena de habitantes por km² a milhares de habitantes por hectare. O que levanta desde logo a questão das formas físicas que revestem nos nossos dias o fenómeno da urbanização.

Urbanizar implica ainda o acesso a um mínimo de infra-estruturas – vias, abastecimento de águas, esgotos, energia – e de serviços, que constituirão os requisitos básicos que permitem identificar o fenómeno em diferentes latitudes e distintos níveis de desenvolvimento económico e tecnológico.

É nesta perspectiva que se podem comparar as estatísticas produzidas por cada País e que a ONU agrupa em três grandes conjuntos: os Países Mais Desenvolvidos, onde a percentagem da população urbanizada já ultrapassou os 75% do total, estando nalguns casos muito próximo da totalidade (EUA, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, entre outros); Países Menos Desenvolvidos ou de Desenvolvimento Médio cuja taxa de urbanização andarà em torno dos 50%, embora com grandes flutuações (de 20% a 90% decorrentes de factores políticos, históricos e culturais) e os Países Com Menor Desenvolvimento, com uma população urbanizada na ordem dos 28%.

Existe assim uma evidente relação entre urbanização e desenvolvimento sócio-económico. No entanto, o ritmo de crescimento económico não tem exacta correspondência no ritmo da urbanização, sendo este muito elevado sobretudo nos mais pobres, esperando-se aí que a taxa de urbanização duplique nos próximos 25 anos, perspectiva que poderá vir a ser ultrapassada.

Nos países mais ricos não só o ritmo de urbanização/concentração tem desacelerado, como as principais metrópoles têm vindo a perder peso relativo em termos demográficos e, por vezes, têm mesmo registado decréscimo populacional. Isto não significa que a população destes países deixou de viver em aglomerações e muito menos que a urbanização está em declínio, o que se passa, de facto, é que, como veremos, a urbanização tem revestido novas formas e as aglomerações distribuem-se por territórios mais vastos, ou seja, a densidade das áreas urbanas tem diminuído.

Em contrapartida, é nos países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento que emergem as maiores concentrações urbanas do planeta. Prevê-se que várias metrópoles que já hoje ultrapassam os 10 milhões ou até os 20 milhões, venham a duplicar as respectivas populações no próximo quarto de século. Estão neste caso algumas cidades da América Latina, de África e de Ásia, tais como: Pequim, Xangai, Jacarta, Deli, Bombaim, Calcutá, Carachi, Cairo, São Paulo e Cidade do México.

Ao longo dos oito milhares de anos de história urbana, as cidades sempre foram objectos de juízos valorativos contraditórios. O mesmo acontece nos nossos dias em que o acelerado processo de urbanização é visto por muitos especialistas como uma tragédia ecológica e, para alguns, até social. Os argumentos negativos mais fortes remetem para a influência no clima e na poluição atmosférica, tanto a nível local – nos limites do suportável nalgumas cidades – como global. Também se tem chamado a atenção para as dificuldades de abastecimento de água, para os elevados custos energéticos, bem como para a progressiva destruição dos solos aráveis e de ecossistemas de áreas húmidas, nomeadamente das faixas costeiras, onde se tem concentrado a maior parte do fenómeno da urbanização.

Já noutros domínios se têm vindo a rever as avaliações menos positivas de crescimento da urbanização. Assim, no plano da economia, as cidades e, em particular, as grandes metrópoles têm-se revelado, de uma maneira geral, os motores do crescimento económico, explorando as vantagens da aglomeração e da proximidade, provocando a modernização e a inovação. Ao mesmo tempo, aumenta o acesso à educação, à saúde e a outros serviços sociais. As políticas redistributivas e a provisão de bens e serviços às populações, de uma maneira geral e na maior parte dos países menos desenvolvidos, são mais eficazes nas áreas urbanas. Inclusivamente, manifesta-se hoje já um certo consenso sobre as vantagens da concentração relativamente à eficiência dos sistemas de saneamento básico e de abastecimento energético, bem como em relação à protecção dos solos e das paisagens.

Assim, nos países em desenvolvimento, apesar de todas as imagens de miséria e desigualdades sociais, transmitidos através dos meios de comunicação social, a urbanização constitui um processo de desenvolvimento

económico e social, bem como um caminho para o progressivo acesso à cidadania. Em consequência, falar hoje de desenvolvimento sustentável é, em grande medida, falar de desenvolvimento urbano sustentável, tema a que foi dado particular ênfase no relatório da *Brundtland Commission*.

2. A NATUREZA DA URBANIZAÇÃO

Ao longo da história do urbanismo, o acesso a este estilo de vida fazia-se por migração, dos campos para a cidade. A urbanidade e o urbanismo tinham a sua realização na cidade, entidade autónoma, com identidade política e social própria, com bem definidas formas de articulação com os territórios envolventes.

O grande aumento das mobilidades, regionais e locais, propiciado pelo automóvel e, sobretudo, pelo automóvel privado, conjugado com alterações profundas na natureza do trabalho, tanto nos serviços, como na indústria e na agricultura –actividades que ganharam maior autonomia relativamente ao tempo e aos espaços-, contribuíram para aproximar os modos de vida das áreas urbanas e das áreas rurais.

Ao mesmo tempo que o mundo caminha para a urbanização generalizada das populações, a cidade deixou de ser o espaço exclusivo da vida em urbanismo. Só por carência de outros conceitos e para facilidade no estabelecimento de comparações, no tempo e no espaço, se continuam a designar como cidades, extensos segmentos de espaço urbanizado que de modo algum configuram a cidade, nas suas múltiplas vertentes: física, formal, estética, social, económica e política.

Em muitas áreas rurais, que os modernos meios de transporte aproximaram de aglomerações urbanas, tanto nos países industrializados (ou pós industriais), como nos países em industrialização, observa-se o fenómeno de urbanização *in situ*, ou seja, a população acede ao urbanismo, sem migrar, ou porque se instalaram actividades secundárias e terciárias no local, ou porque as distâncias permitem a migração pendular para aglomerações urbanas mais próximas, ou tão-só porque se alteraram as características do trabalho na agricultura. A urbanização *in situ* implica, claro, alterações na funcionalidade e na imagem do território, implica a construção de novas paisagens. Este fenómeno que se generalizou a toda a Europa desde os anos 60, tem hoje grande incidência em novos países industrializados ou em industrialização, como a Coreia do Sul, a China, a Malásia, a Indonésia e algumas regiões da União Indiana.

Mas na maior parte dos países menos desenvolvidos os movimentos migratórios continuam a ser uma componente importante do processo de urbanização, embora, globalmente, as grandes aglomerações urbanas cresçam mais a partir de si mesmas, mantendo em níveis elevados os saldos naturais, do que pelo contributo dos saldos migratórios. Em vários países da América Latina e nomeadamente no Brasil, são as periferias suburbanas e periurbanas das grandes cidades que respondem às procuras sazonais de mão-de-obra para a agricultura de plantação. Fenómeno semelhante ocorre também em muitos países africanos e no sub-continentes indiano. A outra escala, verificaram-se nos últimos anos alguns casos assimiláveis com

populações das periferias urbanas de Lisboa e de algumas cidades da província, frequentemente de etnia cigana, que são contratadas para trabalhos agrícolas sazonais em Espanha.

A crescente urbanização dos países menos desenvolvidos, criou pois grandes contingentes de mão-de-obra não qualificada, disponível para tarefas correlativas e, ao mesmo tempo, facilmente mobilizável. Assim, o papel de reserva laboral que os campos representaram noutros tempos, do tráfico de escravos ao êxodo rural dos países europeus do século XIX e primeiro quartel do actual, é hoje representado sobretudo pelas áreas urbanas.

Mais uma vez o exemplo brasileiro é bem ilustrativo: ao “pau de arara”, emigrante dos campos nordestinos que procurava salvação nas cidades do sul, sucedeu o “bóia fria”, que pode ser recrutado nas favelas das grandes cidades para desempenhar tarefas na agricultura, por vezes a centenas de quilómetros do local de residência.

Outro ponto de encontro e de diferenciação entre emigração e urbanização tem a ver com a diferença qualitativa nas grandes migrações de massa. No passado, os principais movimentos migratórios, no interior do mesmo continente ou entre continentes, foram predominantemente de áreas rurais para as áreas urbanas, eram populações em vias de urbanização. Foi assim que ainda nos anos 60 deste século cerca de um milhão de portugueses acederam ao modo de vida urbana além Pirinéus, partindo directamente dos seus casais ou aldeias para Paris, Lyon, Hamburgo e outras cidades da Europa. O mesmo se passou com outras migrações entre continentes, como a grande vaga de camponeses chineses que foram transferidos para as Américas.

Hoje as grandes migrações de massa são transfronteiriças e geralmente forçadas, resultando de conflitos e confrontações bélicas. As migrações de mão de obra são mais controladas e fazem-se entre centros urbanos – o imigrante típico, oriundo da Ásia, de África ou da América Latina e que demanda a Europa ou a América do Norte é em geral um urbano, que portanto se adapta facilmente no destino, pois domina os códigos, o que não significa que seja mais facilmente “integrável” ou “absorvido” para usar o termo que o actual governo de Israel utiliza para designar o organismo responsável pela política de imigração: “Ministério de Absorção”.

O alargamento da urbanização a todos os continentes, regiões, culturas e países, reforçou um já elevado grau de comunalidade no que concerne as dimensões funcional e cultural do fenómeno. A grande mobilidade da informação, do capital, do trabalho e dos comportamentos é um poderoso factor de aproximação/uniformização dos dinamismos da urbanização. Em contrapartida, os mesmos e outros factores (tensões sociais e raciais, diferenciação tecnológica, níveis de instrução...), provocam alterações nas formas e nos conteúdos que revestem actualmente o processo de urbanização.

3. OS NOVOS ESPAÇOS E AS NOVAS FORMAS DE URBANISMO

A urbanização total do Planeta é uma tendência confirmada pelas estatísticas, mas é também parte do processo de globalização. O urbanismo, aproximando os povos, acelerando a necessidade e as possibilidades das

trocas, contribui para a identificação dos valores fundamentais que viabilizam as transações de produtos, de informações, de ideias.

A globalização tem pois impactos na configuração de novos espaços e das novas formas de urbanismo, contribuindo para a aproximação/banalização das paisagens urbanas. Nos novos espaços de habitar, de trabalhar, de consumo, de lazer ou de poder, ainda que em culturas de base distintas e níveis diferenciados de capacidade económica, é patente a standardização, a repetição dos modelos arquitectónicos e urbanísticos, dos materiais, das cores, das marcas, dos cheiros, dos rituais. Passados quase quatro decénios sobre um texto de Jane Jacobs (1961) sobre *A morte e a vida das grandes cidades americanas - o fracasso do planeamento urbano*, a sua visão do que estava a passar-se ou poderia vir a acontecer, adquire dimensão profética "every place becomes more like every other place, all adding up to NoPlace".

A nova urbanização, que conhece os seus inícios nos Estados Unidos da América, ainda antes da 2^a. Grande Guerra e onde adquiriria foros de corrente artística e de forma de vida, manifesta-se em todo o Mundo, sob diferentes níveis de desenvolvimento económico, sub-culturas que mantêm as suas diferenças, mesmo se em tensão, e implanta-se em grande medida sobre as ruínas da cidade. Esta, integrando funções e diferenças sociais, é frequentemente vista como uma *herança*, um património para guardar, visitar e visitar - um museu ou um parque temático.

A nova urbanização é segregativa - das actividades, dos grupos sociais e sobretudo dispersora dos vários elementos da urbanidade e depredadora de recursos naturais. No entanto e como é natural, tem os seus defensores, os seus teorizadores e "cronistas". O mais conhecido é Joel Garreau, que realizou um levantamento através dos Estados Unidos de conjuntos urbanos especializados e dispersos, localizados junto a nós de auto-estradas que poderão configurar a cidade do futuro, a *Edge City* (1991), segundo o autor a nova grande utopia americana, o novo salto qualitativo na maneira de ocupar o território, mas como o próprio Garreau nota "Não espero que muitas novas *edge cities* venham a ser construídas nos próximos 20 anos, simplesmente porque o mercado não conseguirá absorvê-las..."mas em contrapartida, vejo uma enorme procura de dinheiro público para requalificar as *edge cities* existentes, para as tornar mais eficientes, mais civilizadas e ambientalmente mais acolhedoras". (Garreau, 1994).

A dispersão e desintegração dos elementos que tradicionalmente constituem a cidade tendem a difundir-se, como já referimos. Respondem a novos modelos de vida e abrem novas frentes de negócios, ao mesmo tempo que geram reacções e preocupações, estendendo-se à Europa uma discussão em torno da sustentabilidade das formas urbanas e da necessidade de recuperar a "*cidade compacta*" (cf. Jenks, Burton & Williams, 1996). Note-se que a polémica entre a ideia de compactar ou dispersar, tem um século, incluindo situações de compromisso como a de Ebenegar Howard (1898) e visões extremadas como as de Le Corbusier (La Ville Radieuse) e F. L. Wright (Broadacre) (cf. Brehroy, 1996; Hall & Ward, 1998).

A dispersão do habitar e das outras funções urbanas dificulta a gestão do território, cuja organização fica subordinada antes de mais às vantagens que cada um pode retirar em cada momento. Estas novas formas de urbanização aumentam a confrontação entre os vários actores intervenientes na produção de solo urbano e, em particular, entre promotores, autoridades administrativas e cada um dos que já estão instalados no território, no novo léxico anglo-saxónico, dos NIMBYs (Not in my Back Yard) e dos BANANAs (Build Absolutely Nothing Anywhere Near Anything).

Contra a dispersão e fragmentação urbana, ergueu-se nos Estados Unidos da América o movimento do Novo Urbanismo, de que um dos principais representantes e promotores hoje em dia é Peter Calthorpe: *The Next American Metropolis: Ecology, Community and the American Dream* (Calthorpe, 1993).

O problema é que os desenvolvimentos que tiveram lugar dentro desta filosofia são situações muito diversas e que não se sabe ainda se respondem aos problemas da dispersão e do declínio e morte das metrópoles. Nalguns casos, como as iniciativas Henri Jurley em Memphis (Roc & Wikie, 1997, p. 93), temos de facto contributos para a regeneração urbana, na medida em que ocorrem no interior de áreas já urbanizadas e não nos limites das áreas metropolitanas; mas, mais frequentemente, as chamadas urbanizações neo-tradicionais, não são senão pequenas nucleações residenciais que prolongam a dispersão.

Mais prometedoras parecem ser as propostas de Peter Calthorpe, o já referido arquitecto inglês emigrado para a Califórnia que tem vindo a desenvolver o conceito de TOD (Transit Oriented Development), baseado no transporte sobre carris complementado com o automóvel (público e privado), tendo já sido aplicado a San Jose, a capital do Silicon Valley, e recentemente foi introduzido no Plano Geral para a cidade de Sacramento, capital do Estado da Califórnia.

Como notam Peter Hall e Collin Ward, no mesmo ano (1993) na Europa, Breheny e Roockwood chegam a um conceito de desenvolvimento urbano sustentável que se aproxima muito do TOD. Conceito que informa o projecto do Thames Gateway, corredor de desenvolvimento urbano descontínuo ao longo de 64 Kms a nascente de Londres.

Noutras regiões metropolitanas europeias têm sido exploradas soluções do mesmo tipo, nomeadamente em Paris, Copenhaga, Estocolmo e, mais recentemente, no chamado Randstad Holland.

Não obstante, a orientação dominante, e ainda sem uma visível inversão de tendência, é a da urbanização dispersa e da fragmentação espacial dos usos, que poderemos agrupar em cinco grandes tipos, a que correspondem novas formas:

Os espaços de habitar

Os espaços de habitar tendem a ser exclusivos, segregados, para todos os estratos sociais e, nalguns países, com uma dimensão étnica ou cultural.

Mesmo quando estes espaços resultam da requalificação de bairros antigos da cidade, tornando-se segregados enquanto espaços de *gentrificação*.

A segregação não ocorre apenas no interior das áreas urbanas consolidadas - nas cidades e subúrbios tradicionais - faz-se também no espaço exurbano, marcado e vivificado pelas redes de estradas e de telecomunicações onde se implantam pedaços de polpa urbana, definidos topologicamente, em termos sociais, culturais e arquitectónicos.

Devemos ainda considerar a segunda habitação, o segundo espaço de habitar, que não é só de lazer ou de tempo livre, mas uma extensão da primeira habitação. Estes espaços tendem a ser ainda mais exclusivos, mais fechados, por vezes mesmo refúgios, fortalezas. Há também um desdobramento do automóvel, adaptado à fuga, à descoberta, ao retorno e mergulho na Natureza: o todo-o-terreno é o símbolo do novo estilo de vida urbana.

O segundo lar é frequentemente percebido com o espaço da família e sobretudo o espaço/tempo das crianças, separadas durante a semana pela escola, pelas actividades extra-escolares e pelas ocupações dos pais. É também o espaço-tempo de reencontro com a família, nuclear e próxima. Assim, o fim de semana já não é como noutros tempos utilizado para actividades comunitárias, um tempo público - a igreja, o concerto, o passeio na cidade; mas é antes o espaço-tempo da intimidade, da célula familiar mais restrita.

Esta mudança na natureza do tempo dito livre tem consequências na ocupação do território, na cidade e no urbanismo. A agorafilia não sendo já um valor, os espaços pertinentes tornam-se obsoletos e este facto é rapidamente assimilado pelos que desenham e pelos que produzem as infra-estruturas das novas urbanidades.

Os espaços do trabalho

Verificou-se ao longo dos últimos trinta anos na Europa e anteriormente nos Estados Unidos da América, uma grande transformação na organização do trabalho e nos espaços que lhe estão destinados. Primeiro verificou-se o declínio do modelo da massificação da produção industrial, que deu lugar à emergência do modelo de produção flexível, com a segmentação, exogenação e dispersão de tarefas que conduzem a um produto final (material ou imaterial).

São vários e de tipificação difícil os resultados nas novas formas do fenómeno urbano. A importância adquirida pela logística é talvez a nova realidade mais visível, com influências múltiplas: na organização do trabalho, na localização das actividades, no relacionamento entre os diferentes actores que operam no território.

Das novas concentrações do trabalho (grandes unidades produtivas, parques de escritórios, parques temáticos, centros comerciais...) até ao trabalho no domicílio, há uma grande variedade de desenhos urbanos e arquitectónicos, que dão forma às novas paisagens laborais.

Nos novos espaços do trabalho, ao mesmo tempo que se evidencia uma crescente segregação funcional-territorial, desenvolvem-se novas formas de

promiscuidade entre as actividades: manufactura e serviços nos modernos centros de negócios; industrialização dos campos...

A nova urbanização também introduziu novas regras no ordenamento dos espaços de trabalho nas cidades. A terciarização generalizada deixou à antiga cidade os serviços não básicos ou, em casos particulares, actividades de cultura e de lazer.

Outra realidade é a da difusão do trabalho no domicílio, sob novas formas e relações institucionais. Se o trabalho industrial no domicílio se mantém ainda nos países ou regiões menos desenvolvidas, é nos serviços, e a todos os níveis sócio-profissionais, que o trabalho em casa se tornou mais frequente. Além de um número reduzido de profissões que praticam permanentemente o teletrabalho - a uma escala menor do que a que se previa há uma dezena de anos (Hepworth, 1989) - há um grande número de profissionais, do quadro superior aos técnicos de múltiplas funções, que levam uma parte importante do seu trabalho para casa, para o realizar em tempo extra laboral ou, de maneira crescente, ficando em casa uma parte do tempo laboral. Estas tendências influenciam a dimensão e a organização do espaço das habitações principais e também das secundárias.

Os espaços de consumo

Uma das características do novo urbanismo é a exaltação do consumo. É no consumo que a mundialização é mais visível - as paisagens do consumo tendem a aproximar-se em todo o mundo, se não tanto no *lettering*, pois há alfabetos e caligrafias diferentes, pelo menos nas marcas tornadas globais, bem como nos espaços de consumo, de que o paradigma universal tende a ser o centro comercial de origem americana, mas que adquiriu um grande consenso na Europa, na Ásia, em África.

Face ao triunfo dos espaços urbanos e exurbanos, isto é, exteriores à cidade, esta descobriu que não há alternativa senão reurbanizar-se, segundo formas actualizadas. Assim, na maior parte das cidades americanas, europeias e asiáticas, vê-se o *shopping*, o *mall*, invadir a cidade, para a revitalizar, para actualizar e prolongar os seus espaços comerciais. Em grande medida, as propostas do novo urbanismo comercial para as cidades resumem-se a oferecer espaços de consumo que provaram a sua eficácia fora da cidade.

Como complemento das vias pedonais - elas mesmo *ersatzen* das vias do centro comercial - as lojas variadas, diferentes, específicas de cada cidade ou de cada bairro, são substituídas por lojas de franquia, com a mesma imagem em toda a parte, começando pelos centros comerciais da periferia (cf. Péron, 1993; André, 1994).

Mas isto não é senão o reverso do processo de partida, pois inicialmente foi o *mall* que copiou o centro da cidade. É curioso como algumas lojas, de cadeias ou franqueadas, captaram uma imagem de falso-autêntico às lojas tradicionais dos centros das cidades (as madeiras, as pinturas, o *lettering*, os vidros...), mas mais tarde é o centro da cidade que importa este *ersatz* das suas próprias lojas, que entretanto tinham sido obrigadas a fechar.

O consumidor, enquanto urbanita dum território (enquanto novo cidadão...) ou enquanto turista, tornou-se fiel a uma rede de lojas, a uma imagem de franquia. Ele é também um consumidor globalizado.

Os espaços de lazer

A difusão dos lazeres e particularmente a sua massificação são uma consequência do processo de urbanização.

O lazer tornou-se um valor universal, deixou de ser restrito a uma classe: "the leisure class", de Veblen (1912). A educação suplementar proporcionada pelas autarquias locais é em grande medida uma educação para os lazeres.

A banalização dos lazeres originou um grande aumento da procura de espaços organizados, implicando movimentos, permitidos pelos progressos mais mobilizados. Os espaços de lazer são oferecidos em todas as latitudes. O turismo, que associa lazer e mobilidade, é uma das componentes mais importantes da economia na viragem do século. O turismo é um grande motor do consumo, incluindo o dos próprios lugares (Urry, 1995).

O consumo, o turismo e os lazeres têm um papel terapêutico para uma grande parte da população que é confrontada com as angústias de todos os tempos. Os nossos antepassados procuravam apaziguar o espírito e o corpo, na igreja, na oração ou apenas na reflexão silenciosa, na contemplação: hoje são as compras, as viagens e as actividades de lazer que desempenham esse papel.

Os lazeres invadem todos os tipos de espaços, das zonas urbanas em declínio - infra-estruturas portuárias e industriais - às zonas naturais protegidas. Também nos espaços de consumo de massa os lazeres ganham terreno - as salas de cinema que migram para os centros comerciais aos *playcenters* da nova geração de grandes superfícies.

Dos bairros populares aos subúrbios criam-se novos espaços para as actividades de lazer: complexos desportivos, centros culturais, salões de festa.

Para lá dos espaços densamente urbanizados, são muitas vezes as actividades de lazer que estão na origem de novas expressões do urbanismo. Nessas frentes da urbanização, actividades tradicionais de lazer, como a pesca ou a caça, fundem-se com os campos de *golf*, os clubes de campo, os centros hípicas.

Mas duas das expressões mais fortes dos novos espaços de lazer ocorrem fora de contextos urbanos e constituem grandes atracções turísticas. Referimo-nos, por um lado, aos mega complexos de actividades ditas de sol e praia que se têm instalado em destinos exóticos, em geral na faixa inter-tropical e, por outro lado, aos parques temáticos, que por vezes aparecem como alternativas ao declínio de actividades económicas tradicionais.

Num caso e noutro é curioso verificar a recuperação das formas matriciais do urbanismo em estado puro: as respectivas plantas e a lógica da organização funcional aproximam estes novos factos geográficos das plantas da cidade ideal do Renascimento. As formas que assumem estes espaços

segregados de lazer, transportam-nos às formas de algumas utopias, desenhadas ou apenas descritas.

É sobretudo no mundo das “Disneylândias” que se torna evidente a fonte de inspiração: a cidade. A cidade na sua forma sagrada, circular, com uma porta monumental. Depois, a ilusão do espaço público, da segurança total. A imagem da cidade eterna, da ordem, do equilíbrio, da felicidade (cf. Sorokin, 1992; Hanningen, 1998).

Os espaços do poder

O poder, sob as suas diferentes manifestações, tem adquirido um carácter crescentemente difuso. O poder económico, globalizado, manifesta-se fora do quadro institucional dos estados, mas pode ter uma presença decisiva ao nível local! O poder político é cada vez mais partilhado em diversas instâncias, é policêntrico: o processo de mundialização, com as reacções correlativas no sentido da formação de macro-regiões, bem como as respostas através da localização, ou afirmação do local, provocaram grandes transformações na partilha do poder; partilha que tende também a manifestar-se no plano institucional, com um maior equilíbrio entre os órgãos de soberania. O mesmo tipo de reflexão aplicada a outros domínios, da religião à cultura ou à comunicação social, levar-nos-ia à mesma conclusão: o crescente carácter difuso do poder, dos poderes.

Estas tendências têm necessariamente consequências no ordenamento e gestão do território, na ordem espacial. A emergência de vagas de reivindicação da partilha do poder aparece a diferentes escalas territoriais, infra e supra-estatais. O reforço generalizado dos poderes locais, a evidente afirmação deste nível de territorialidade, como se diante da fragilização das instâncias territoriais de nível superior, as comunidades locais sentissem a necessidade de robustecer as suas âncoras sobre o território familiar e assim poderem confrontar-se com os desafios das aberturas.

Este fenómeno tem também consequências bem tangíveis nas formas de urbanismo. Do político ao económico ou ao religioso, o poder procura novas localizações e novas formas de inserção nos espaços urbanos a fim de reforçar, ou recuperar, ao mesmo tempo, a eficácia e a dimensão simbólica que relevam de todo o poder.

A Igreja Católica compreendeu bem os desafios e adequou as suas estratégias, que vão desde a implantação em espaços sociais marginalizados à abertura de templos nos centros comerciais das periferias urbanas – procurando o “inimigo” (o consumismo) na sua arena privilegiada. Ao mesmo tempo que as igrejas e catedrais das cidades são cada vez mais percebidas como património histórico, lugares de peregrinação mais turística que religiosa.

O poder económico, que sempre privilegiou os centros das cidades, manifesta desde há anos também uma tendência para migrar para os espaços exurbanos. Esta tendência, iniciada nos Estados Unidos da América, onde casos como o Parque Pepsicola se tornaram espaços emblemáticos de uma certa forma de afirmar o poder pela intervenção no espaço urbano, está

também a difundir-se na Europa. Este tipo de opção, possibilitada pelas novas acessibilidades (rodoviárias e de telecomunicações), ao mesmo tempo que se adapta às novas formas de habitar, de trabalhar e de consumir, vai ao encontro de um dos símbolos dominantes dos nossos dias – o ambiente, a natureza e, por aí, ganha ressonância e valorização simbólica.

O poder político inscreve-se, naturalmente, nas novas formas urbanas de uma maneira difusa, através de equipamentos, de infra-estruturas ou de acontecimentos efémeros. Na cidade, o poder político associa-se ao património histórico, que se assume assim numa dimensão ideológica. Mas estamos sobretudo longe dos tempos em que a cidade, a produção da cidade, era o campo privilegiado de afirmação do poder político – de Roma ao Iluminismo, de Haussmann e à reconstrução europeia dos anos 40 a 60.

A cidade já não é o símbolo maior do poder político, ela serve sobretudo como cena de acontecimentos com ressonância mediática, como espaço de manifestações: culturais, sociais, económicas, lúdicas.

4. ¿A URBANIZAÇÃO CONTRA A CIDADE?

A cidade, que foi ao longo da sua História um instrumento de poder, tem vindo a perder peso político relativo. O poder urbano passou a ser um poder difuso, não havendo muitas vezes uma identificação entre os grupos sociais dominantes e a cidade; em muitos casos esta passou a ser fundamentalmente um negócio e não a sede dos negócios.

É neste contexto que faz sentido a hipótese de Murray Bookchin (Bookchin, 1995) de que a urbanização destruiu a cidade: “A verdade é que a cidade e o campo estão hoje em dia sitiados - um cerco que ameaça o âmago da humanidade no ambiente natural. Ambos estão a ser subvertidos pela urbanização, um processo que ameaça destruir as suas identidades e a vasta riqueza da sua variedade e tradição. A urbanização não só está a engolir o campo, mas também está a tragar a cidade”...“a urbanização ameaça absorvê-los (campo e cidade) num mundo urbano sem face, no qual as palavras “cidade” e “campo” se tornarão essencialmente arcaísmos sociais, culturais e políticos.” (pp. 16-17).

Este novo mundo urbano é caracterizado pelo declínio do espaço público e pela crescente privatização da cidade. Nos espaços emergentes, que se constroem a partir das novas infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e até aeroportuárias, a casa e a sua envolvente imediata têm um tratamento muito cuidado, valorizando, em formas actuais, velhos e novos mitos: a água na piscina azul, o verde tratado em arranjos miniaturais do que foram as paisagens (rurais e urbanas, do campo ao jardim...), o *barbecue* para as grandes festas ao ar livre... e a garagem, claro, no local onde noutro tempo estaria o estábulo que, consoante a arquitectura camponesa da região, tanto poderia ser no piso térreo da casa, como numa construção autónoma.

E lá dentro, vem a “cidade”, a vida urbana actual de portas a dentro. A casa da nova urbanidade também parece querer regressar às origens camponesas, dando à cozinha (cada vez mais ampla) a posição central e adquirindo, pelo menos formalmente, a dimensão de “lar”... porque funcionalmente não é bem

assim, no novo urbanismo cada vez mais se “come do frigorífico” e vive-se em frente da televisão ou do monitor do computador.

Tudo já estivera na antevisão de Lewis Mumford (1961) quando anuncia os dois grandes instrumentos que alteravam a essência do espaço urbano: a electricidade e o automóvel, características do que chamou a “Era Neotécnica”, permitindo a desconcentração das pessoas e das actividades. Os seus efeitos começam já a sentir-se nos anos 20, nos Estados Unidos, adquirindo grande intensidade nos anos 30 e dominando o panorama da produção de novos espaços urbanos a partir dos anos 50, mais decisivamente quando se acumulam outros factores, de que nos Estados Unidos a questão racial é de importância crucial.

A estes dois instrumentos veio juntar-se a televisão e o culminar do processo de corte entre a cidade e os “pedaços” de cidade, que se vão edificando apoiados na rede de vias rápidas, acontece com a afirmação da telemática e dos serviços móveis de telefonia.

A electricidade e o automóvel, conjugados, conferiram um papel estruturante ao frigorífico e à arca congeladora. O vídeo e, mais tarde, o computador vêm complementar e expandir aquela capacidade de autonomia do lar, pelo acesso ao lazer, ao “convívio”, à informação, ao consumo e até ao trabalho.

Chegados aqui, a “casa-fortaleza” pode integrar-se no ciberespaço, que mais do que a “aldeia global” de Macluhan é um conjunto de redes de novas cidades, sobre as quais já se escreveu: Telecity, Virtual City, Electropolis... Será essa a Polis do futuro? Um dos elementos matriciais já o conquistou, o *Agora*, nas suas duas componentes: a de espaço público, da política, do diálogo e do encontro; e a de mercado - a Net está em vias de oferecer tudo. Falta ainda o outro elemento: a Acrópole, o lugar sagrado da cidade.

Mas os novos urbanitas, como os seus antepassados, podem sempre sonhar com o passado, e para isso têm as cidades que adquiriram valor simbólico, locais de encontro de grupos, de tribos, que “saem” da rede para exercer os seus rituais. Nessa função, voltam aos espaços assinalados das *downtowns*, renovados e privatizados, aos parques temáticos exurbanos ou, ainda, às cidades-históricas, preservadas, para turistas nostálgicos.

A alternativa é a *utopia*, o refazer a cidade a partir dos seus fundamentos essenciais. Mas também a *utopia* foi privatizada. E mais uma vez a ideia foi produzida por um dos símbolos da nova urbanidade - Walt Disney: o nome é *Celebration* e como noutros momentos da história o seu fundamento é o *New Urbanism*, diríamos na linha da *República*, da *Cidade de Deus*, da *Utopia* p.d. ou da *Cidade do Sol*, ou das suas compatriotas *Arcádias*... com a grande vantagem que esta é real, já está no terreno... e goza de grandes sinergias com o “Mundo Disney”, a Nova República.

E *Celebration*¹ é a cidade privada, não tem administração pública, ou seja, apesar de caminhar para os 20.000 habitantes nos seus 2.000 hectares, não é propriamente uma cidade, mas um gigantesco condomínio(?) privado.

O principal urbanista de *Celebration* é Robert A. M. Stern, conhecido arquitecto pós-modernista, com obra em todos os continentes e com muito trabalho para o Mundo Disney. Stern está actualmente com uma obra em progresso em Portugal, mais propriamente na Área Metropolitana de Lisboa, o *Belas Club de Campo*, nas palavras de Stern: "A new suburb... Para separar a nova comunidade de *unsightly uses* fora da propriedade do novo cliente, a *gateway building* no principal ponto de entrada do sítio constitui o limite (*edge*) de uma bem definida praça urbana" (Dixon, 1998, p. 348).

Será esta a resposta para os problemas que afectam a Área Metropolitana de Lisboa? Mas como em tantas outras coisas as *novidades* (neste caso o dito *Novo Urbanismo*) chegam até nós através de *ersatz* desenquadrados do contexto social cultural e económico. Será? Ou na realidade, a globalização é isto: o mesmo para todos, mas consoante as suas posses e capacidades - de Chicago a Bombaim, de Orlando a Lisboa.

Deve entretanto manter-se presente que planear é projectar o futuro e constitui um risco. Fazer *cidade* é das mais complexas tarefas que a Humanidade tem enfrentado - se há muitos casos de sucesso, também há muitos fracassos e deve procurar-se no espírito do tempo antever o futuro. O único laboratório é a própria realidade - como nos sugere Robert Stern a propósito de *Celebration*: "Não é utopia. É uma proposta real. É um compêndio de ideias que têm validade e que estão a ser testadas aqui. Mas, e se não funcionar(?), bem, temos que ensaiar qualquer outra coisa." (citado em Moe e Wilkie, 1997, p.35).

BIBLIOGRAFIA

- ABLER, R. (1976): «Effects of Space-adjusting Technologies on the human geography of the future» in Abler, R., Jannelle, D., Philbrick, A. and Sommer, J. (eds.). *Human Geography in a Shrinking World*, Belmont Ca, Duxbury, 35-56.
- ANDRÉ, J.-L. (1994): *Au Coeur des Villes*, Odile Jacob, Paris.
- ASCHER, F. (1995): *Metapolis ou l' Avenir des Villes*, Editions Odile Jacob, Paris.

¹ A toponímia norte americana é muito rica, inventiva e evocativa, assim como o léxico dos seus urbanistas e promotores imobiliários. Assim como *Renaissance* esteve em voga a propósito da reconstrução de muitas downtowns, *Celebration* parece ser hoje uma palavra-chave dos "novos urbanismos"; Bernick e Cervero (1996) numa obra apologética sobre o que poderá também ser considerada uma saída para as não-cidades, num misto de utopia/regresso ao passado/marketing urbanístico: as *Transit Villages*, consideram que estas novas urbanidades, apoiadas no transporte sobre carris, precisam de responder a seis questões, os 6 *elementos* da *Transit Village*:

- melhor mobilidade e ambiente
- ambiente pietonal amigável
- ambiente suburbano alternativo, quer para residência, quer para trabalho
- revitalização da vizinhança
- segurança pública
- *Public Celebration*

- BAIROCH, P. (1985): *De Jéricho à Mexico - villes et économie dans l'histoire*, Gallimard, Paris.
- BARBER, S. (1995): *Fragments of the European Cities*, Reaktion Books, London.
- BENKO, G. (1996): *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*, Hucitec, S. Paulo.
- BERNICK, M. & Cervero, R. (1997): *Transit Villages in the 21st Century*, McGraw-Hill, New York.
- BOOKCHIN, M. (1995): *From Urbanization to Cities*, Cassel, London, 2ª. edição revista; 1ª. edição, 1992.
- BURTENSHAW, D.; Bateman, M. and Ashworth, G. J. (1991): *The European City - a western perspective*, David Fulton Publishers, London.
- CALTHORPE, P. (1993): *The Next American Metropolis: Ecology, Community and the American Dream*, New York.
- CORREA, C. (1989): *The New Landscape - Urbanization in the Third World*, Butterworth, London.
- DAVIS, M. (1990): *City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles*, Verso, London.
- DERVITTE, J. (1987): «Éloge de la place - Camillo Sitte ou l'agoraphilie», en: *La ville inquiète*, Le temps de la réflexion, pp. 151-177, Gallimard, Paris.
- DIXON, P. M. (1998): *Robert A. M. Stern - Buildings and Projects 1993-1998*, The Monacelli Press, New York.
- FRIEDEN, B. J. and SAGALYN, L. B. (1989): *Downtown, Inc. - How America Rebuilds Cities*, MIT Press, Cambridge Mass.
- GARREAU, J. (1991): *Edge City - Life in the New Frontier*, Doubleday, New York.
- GARREAU, J. (1994): «What is in It for US to Help Disney Build a Competitor Edge City?» in *Edge City News*, 6.
- GASPAR, J. (1987): «Do Pelourinho ao Centro Comercial» in *Povos e Culturas*, nº 2, pp. 243-259, Lisboa.
- GASPAR, J. (1995): «Cidade e Urbanismo», in *Polígonos*, nº. 5, pp. 165-172.
- GASPAR, J. (1998): «O Novo Urbanismo: convergências em diferentes matrizes culturais» in *Cadernos de Geografia*, nº. 17, pp. 179-185.
- GASPAR, J. (1998): «Reabilitação Urbana e Valorização Económica» in 2º. *Encontro dos Programas Urban e Reabilitação Económica*, Direção Geral do Desenvolvimento Regional, pp. 54-61.
- GASPAR, J. (2000) «A Urbanização contra a Cidade» in *Lecturas Geográficas Homenaje A José Estébanez Alvarez*, vol II 1133-1141, Editorial Complutense, Madrid.
- GOLDFIELD, D. and Brownell, B. (1979): *Urban America - From Downtown to No-Town*, Houghton Mifflin Company, Boston.
- HÄGERSTRAND, T. (1975): «Space, time and human conditions» in Karlqvist, A., Lundqvist, L. and Snickars, F. (eds.), *Dynamic Allocation of Urban Space*, Farnborough, Saxon House, 3-12.
- HALL, P. (1998): *Cities in Civilization*, Weidenfeld & Nicolson, London.
- HALL, P. & Ward, C. (1998): *Sociable Cities-the legacy of Ebenezer Howard*, Wiley, Chichester.
- HANNINGAN, J. (1998): *Fantasy City - Pleasure and profit in the postmodern city*, Routledge, London.
- HARVEY, D. (1992): «Social, Justice, Postmodernism and the City», en *International Journal of Urban and Regional Research*, nº. 16.

- HEPWORTH, M. (1989): *Geography of the Information Economy*, Belhaven Press, London.
- HOWARD, E. (1898): *To-morrow! A Peaceful Path to Real Reform*. Swan Sonnenschein, London.
- JACOBS, J. (1961): *The Death and Life of Great American Cities - the Failure of Town Planning*, The Random House, New York.
- JENKES, M., Burton, E. & Williams, K. (eds.) (1996): *The Compact City - A Sustainable Urban Form*, E & FN, Spon, London.
- JENSEN-BUTLER, C.; Sachar, A. & van Weesep, J. (1997): *European cities in competition*, Averbury, Aldershot.
- KANTOR, P. (1995): *The Dependent City Revisited*, Westview Press, Boulder Col.
- KAYSER, B. (1993) : *Naissance de nouvelles campagnes*, éditions de l'aube, Paris.
- KUNSTLER, J. H. (1998): *Home from Nowhere - Remaking our Everyday World for the 21st Century*, Touchstone, New York.
- MOE, R. & Wilkie, C. (1997): *Changing Places - Rebuilding Community in the Age of Sprawl*, Henry Holt and Company, New York.
- MORICONI-EBRARD, F. (1993) : *L'urbanisation du Monde Depuis 1950*, Anthropos, Paris.
- MUMFORD, L. (1991): *The City in History*, Harcourt, Brace and World, New York.
- N.R.C.-National Research Council (1997): *Rediscovering Geography-New Relevance for Science and Society*, National Academy Press, Washington D.C.
- PÉRON, R. (1993): *La fin des Vitrines - des temples de de la consommation aux usines à vendre*, Les Editions de l'Ecole Normale Supérieur de Cachan, Cachan.
- SALLEZ, A. (1993): *Les villes, lieux, d'Europe*, Éditions de l'Aube, Paris.
- SASSEN, S. (1991): *The global city: New York, London, Tokyo*, Princeton University Press, Princeton, New York.
- SASSEN, S. (1994): *Cities in a World Economy*, Pine Forge Press, London.
- SORKIN, M. (ed.) (1992): *Variations on a Theme Park*, the Noonday P., N. York.
- TAYLOR, P. J. (1995): «World Cities and Territorial States: the rise and fall of their mutuality» in Konx, P. L. and Taylor, P. J. *World Cities in a World System*, Cambridge University Press, Cambridge, 48-62.
- URRY, J. (1995): *Consuming Places*, Routledge, London.
- VEBLEN, T. (1912): *The Theory of the Leisure Class*, Macmillan, New York.
- VELTZ, P. (1996): *Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel*, PUF, Paris.
- WATSON, S. and Gibson, K. (eds) (1995): *Post modern Cities and Spaces*, Blackwell, Oxford.
- ZUKIN, S. (1995): *The Cultures of Cities*, Blackwell, Oxford